

Alcântara teme domínio de bancos estrangeiros

Participação internacional no capital das instituições bancárias brasileiras deverá chegar a 22 por cento com a compra do BCN por grupo espanhol, alerta senador



Para Alcântara, competição deve ter limites

Medidas "enérgicas e rápidas" para enfrentar a "onda" de aquisição de bancos nacionais por instituições estrangeiras foram cobradas ontem pelo senador Lúcio Alcântara, que lamentou a inexistência de legislação que limite essas transações.

Depois de citar a lista de bancos brasileiros comprados por estrangeiros, Alcântara destacou que, com a provável aquisição do BCN por um grupo espanhol, a participação internacional no setor deverá chegar a 22%. O senador considera que essa concorrência é "perniciosa aos interesses do país".

A preocupação com a falta de limitações ao ingresso de capital estrangeiro foi manifestada também pelos senadores Josaphat Marinho, Humberto Lucena e Guilherme Palmeira. **Página 7**

ACM quer suprimir privilégio

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defende a aprovação de destaque de sua autoria suprimindo da reforma da Previdência a aposentadoria privilegiada para magistrados. Qualquer outra decisão será condenada pela opinião pública, adverte. **Pág. 7**



Calheiros é o relator

FEF será votado pela CCJ

A CCJ promove hoje, a partir das 10h, audiência pública sobre o FEF e logo após vota a proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência do fundo. A proposta conta com parecer favorável do senador Renan Calheiros.

Página 3



Palmeira destaca congresso de vereadores

Palmeira insiste em autonomia municipal

A implantação urgente de um sistema tributário e fiscal que reconheça a necessidade de que os investimentos sejam feitos pelos próprios municípios é proposta pelo senador. **Página 5**

Senadores celebram 9 anos do Tocantins

Página 6

Lucena: servidores têm direito a reajuste

Página 5



Para Maldaner, situação exige instrumentos duradouros

Maldaner cobra reformas agora

O senador sugere que o governo "coloque sua tropa de choque" no Congresso para trabalhar pela reforma tributária. Ele também tem pressa na reforma administrativa, capaz de evitar "riscos à Federação" apontados por Bernardo Cabral. **Pág. 3**

Relações Exteriores examina acordos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reúne-se hoje, às 17h30, para apreciar projetos de decretos legislativos resultantes de mensagens do Executivo, entre os quais o que aprova o

texto do acordo de cooperação para combate ao narcotráfico e à farmacodependência, celebrado entre os governos brasileiro e mexicano, em novembro de 96, na Cidade do México.

Também serão apreciados os seguintes projetos referentes a acordos internacionais assinados pelo Brasil: o de constituição da Associação dos Países Produtores de Estanho, de 83; o Acordo Internacional

de Madeiras Tropicais, de 94; e o que trata da concessão de vistos para viagens de negócios, de investimentos e de cobertura jornalística, com o governo da Coreia, de 96. Está também na pauta o projeto que aprova o texto da Convenção sobre a marcação de explosivos plásticos para fins de detecção, de 91.

A CRE vai apreciar ainda proposição do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) solicitando a realização do "Seminário para a Consolidação das Ligações Rodoviárias Atlântico-Pacífico".

EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação (CE), em sessão extraordinária, aprecia quinta-feira, às 10h, em caráter terminativo, oito projetos de lei do Senado, entre eles o que propõe a reutilização de livros didáticos no

ensino fundamental e médio, apresentado por Edison Lobão (PFL-MA). A CE também examina o projeto que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país, apresentado por Roberto Requião (PMDB-PR).

A inclusão de legenda fechada (codificada) na programação das emissoras de televisão, prevista no projeto de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), será objeto de deliberação pela CE. Será examinado projeto que cria um serviço de atendimento ao público nas empresas detentoras de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Ambos têm parecer favorável do relator, Lauro Campos (PT-DF).

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h15 - Cerimônia de Imposição de Condecoração da Ordem do Mérito Forças Armadas. *Clube do Exército - Sede Lago Sul*

15h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

17h30 - Inauguração da exposição "Cem Anos da Guerra de Canudos 1897-1997". *Biblioteca do Senado Federal*

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 33/96, que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; apreciação do "PLC nº 16/96, que dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria; votação em turno único do "PLC nº 75/93, que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 119/97, que autoriza o estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 2,9 milhões, no âmbito do programa Pró-Saneamento; e do "Projeto de Resolução nº 120/97, que autoriza o estado de Minas Gerais a prestar garantia em operação de crédito a ser contratada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab/MG com a Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 4,7 milhões, destinando-se os recursos ao fornecimento de cartas de crédito habitacionais

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª parte: Debate sobre o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF, matéria constante da PEC nº 25/97. Participarão do debate o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, o presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Paulo Zuluski, e o presidente da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, Clóvis Assman.

2ª parte: Apreciação da PEC nº 25/97, que altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1/94 (Fundo Social de Emergência)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos - Subcomissão destinada a examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais

Pauta: Reunião com os secretários de Fazenda, Planejamento e presidentes das assembleias legislativas da região Sul

17h - Comissão de Assuntos Econômicos - Subcomissão destinada a examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais

Pauta: Exposição do senhor Cincinato Rodrigues de Campos, presidente substituído da Comissão Técnica Permanente do ICMS, sobre "A atuação do Confaz na aprovação de incentivos à instalação de empresas nos estados"

17h30 - Comissão de Relações Exteriores

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PDL nº 73/97, que aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimento e de Cobertura Jornalística, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Coreia; PDL nº 88/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo dos Estados Unidos Mexicanos; PDL nº 89/97, que aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais; e PDL nº 51/97, que solicita realização de "Seminário para a Consolidação das Ligações Rodoviárias Atlântico-Pacífico".

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (08.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 33/96, que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; discussão do "PLC nº 25/95, que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA, no distrito de Joaquim Egidio, município de Campinas, estado de São Paulo; do "PLS nº 175/97, que dispõe sobre o endosso de cheques; e do "PLS nº 176/97, que dispõe sobre a gestão das entidades fechadas de previdência privada.

Quinta-feira (09.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: O tempo destinado aos oradores da *Hora do Expediente* será dedicado a homenagem ao 20º aniversário da criação do estado de Mato Grosso do Sul

Ordador: Ramez Tebet

Ordem do Dia: apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão do "PLC nº 43/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de menção do nome do dublador em espetáculos filmados ou televisados; "Projeto de Resolução nº 116/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 4,9 milhões, cujos recursos serão destinados à assunção de parte dos custos de infra-estrutura dos núcleos Morgado Rosa e Ferronato, em Bagé, Rio Grande do Sul; e "Projeto de Resolução nº 121/97, que autoriza o estado de Minas Gerais a conceder garantia à operação de crédito a ser realizada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab/MG, junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 11,8 milhões.

COMISSÕES

Quarta-feira (08.10.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição federal, instituindo o serviço civil obrigatório; "PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais; "PLC nº 91/96, que dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar; e "PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

Quinta-feira (09.10.97)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PDL nº 14/96, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; PLS nº 54/97, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; PLS nº 239/96, que dispõe sobre o uso de legenda fechada na programação televisiva brasileira; PLS nº 251/96, que dispõe sobre a inclusão de legenda codificada na programação das emissoras de televisão; e PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação a distância.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anoushe

Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza,

Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça

Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica

Cocus, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Suely

Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o país.

www.senado.gov.br

"Lavar as mãos frente à situação de insolvência dos estados implicaria permitir o aniquilamento de sua autonomia e, por via de consequência, atentar contra o princípio federativo", alerta o senador, que pede o fim da "guerra fiscal"

Para Cabral, crise ameaça autonomia dos estados

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ontem que seria ilusório supor que a crise financeira dos estados é um problema cujas repercussões se restringem à órbita da economia e das finanças. Para ele, "lavar as mãos frente à situação de insolvência dos estados implicaria permitir o aniquilamento de sua autonomia e, por via de consequência, atentar contra o princípio federativo".

- Um estado falido, cuja arrecadação é incapaz de atender minimamente às necessidades do funcionamento da máquina pública, que não consegue cumprir com suas obrigações mais fundamentais perde, na prática, sua autonomia, que é característica es-

Cabral adverte para a situação de insolvência dos estados



sencial de uma unidade federativa - ressaltou.

"GUERRA FISCAL"

Na opinião de Cabral, é preciso dar "um basta" na "guerra fiscal" entre os estados, porque esse processo enfraque-

ce as unidades da Federação e prejudica os futuros governantes, "que encontrarão uma massa falida para administrar". O Amazonas, segundo o senador, é uma das vítimas dessa guerra porque não pode

oferecer determinados incentivos fiscais que outros estados estão concedendo a alguns setores.

Bernardo Cabral destacou documento do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) alertando para a gravidade da situação financeira dos estados e pedindo a celebração de um acordo formal envolvendo as unidades da Federação e o governo federal, com a participação direta do Congresso, para que se encontrem novas bases para a organização do sistema financeiro do país.

INSOLVÊNCIA

Conforme o senador, o IAB considera "altamente preocupante" a situação vivida pelos estados brasileiros, envolvidos, segundo os juristas, por uma nefasta

insolvência, que beira o caos econômico-político-social".

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) observou que a União tem socorrido os estados, destacando a aprovação pelo Congresso do parcelamento dessas dívidas pelo prazo de até 30 anos.

FÓRMULAS

Já o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que as propostas de reformas que estão em exame no Congresso, entre elas as reformas administrativa e tributária, são fundamentais para acabar com as dificuldades enfrentadas pelos estados. A seu ver, é preciso encontrar fórmulas para acabar com a "guerra fiscal" entre as unidades da Federação.

CCJ faz hoje debate público sobre fundo de estabilização

A requerimento dos senadores gaúchos Pedro Simon (PMDB), Emília Fernandes (PDT) e José Fogaça (PMDB), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove hoje, às 10h, audiência pública sobre o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), cuja vigência deverá ser prorrogada por dois anos e meio se aprovada proposta de emenda à Constituição encaminhada ao Congresso pelo Poder Executivo. Participarão do debate o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, o presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Paulo Ziulkoski, e o presidente da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, Clóvis Assman.

A segunda parte da reunião da CCJ - de caráter extraordinário - será destinada à apreciação da emenda à Constituição que prorroga a vigência do FEF. Relatada pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que deu parecer pela apro-



Calheiros: parecer favorável

vação da matéria com uma emenda de redação, a emenda constitucional entrou em pauta no dia 30 de setembro, mas não foi votada devido à concessão de vista coletiva da proposição.

Amanhã, a CCJ realiza sessão ordinária com uma pauta de 38 itens que inclui a apreciação de 26 emendas à Constituição, entre as quais a que torna facultativo o voto de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) -, e a que suprime dispositivo que veda a participação de empre-

sas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país, do senador Júlio Campos (PFL-MT).

Entre os projetos de lei que constam da pauta da reunião de amanhã, estão o que dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e o que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis, ambos da Câmara dos Deputados, e o que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - *factoring* -, apresentado pelo senador José Fogaça. Também deverão ser examinadas emendas de plenário ao projeto de lei do senador Júlio Campos que dispõe sobre a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime.

A comissão também deliberará sobre proposta de emenda constitucional de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o serviço civil obrigatório.

Maldaner: solução é reforma tributária

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugeriu ontem, em plenário, que o governo "coloque sua tropa de choque" no Congresso Nacional a trabalhar pela reforma tributária, enviada há poucos dias à apreciação do Legislativo. "Talvez devêssemos condicionar a aprovação de instrumentos provisórios, como o Fundo de Estabilização Fiscal e a CPMF, à aprovação da reforma tributária, esta sim a grande reforma que dará equilíbrio fiscal ao governo", afirmou.

Na opinião de Casildo Maldaner, com a aprovação de instrumentos provisórios "o governo não terá pressa" em aprovar reformas importantes, como a tributária e a administrativa. A reforma admi-

nistrativa foi apontada pelo senador como decisiva para que os estados e municípios equilibrem suas finanças, "afastando o risco contra o princípio federativo" citado pouco antes, em discurso, pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

- Para atenuar os problemas dos estados e municípios, é preciso avançar na reforma administrativa e encontrar uma forma de moderar a "guerra fiscal" entre os estados. Por isso, o governo precisa dar uma demonstração de que não quer trabalhar com instrumentos temporários, mas com mecanismos duradouros. É necessário que se faça a reforma administrativa andar no Congresso - assinalou.



Maldaner quer "tropa de choque" em favor da reforma tributária

Sistemas de previdência em pauta no plenário

O plenário do Senado vota hoje projeto que dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. A matéria tem parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), elaborado pelo senador Beni Veras (PSDB-CE).

Também será apreciado projeto que dispõe sobre a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado. A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) apresentou, na CAS, parecer favorável à proposição.

Os senadores discutem ainda dois projetos de resolução permitindo ao estado de Minas Gerais contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal: um, no valor de R\$ 2,9 milhões, para o programa Pró-Saneamento, e outro, de R\$ 4,7 milhões, destinado ao fornecimento de cartas de crédito habitacionais.

Também na sessão de hoje ocorre o segundo dia de discussão, em segundo turno, do parecer do senador Beni Veras à proposta de emenda constitucional que reforma a Previdência Social. A discussão da matéria acaba amanhã, quando deverá ocorrer a votação final.



Emília: relatora para FGTS

Além do cardeal d. Eugênio Sales, voto se destina à comissão organizadora do evento e à população do Rio de Janeiro, que proporcionou boa imagem do país no exterior

Plenário vota louvor à visita do papa

O plenário vota esta tarde requerimento apresentado ontem pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para que o Senado envie voto de louvor pelo sucesso alcançado pela visita de Sua Santidade, o papa João Paulo II, à cidade do Rio de Janeiro, congratulando o cardeal-arcebispo dom Eugênio Sales pela "organização impecável" do evento.

Ao justificar a iniciativa, Antonio Carlos destacou as várias implicações da visita, que, "para além do marcan-



Antonio Carlos: visita transmitiu imagem positiva

te significado religioso e social, transmitiu ao mundo uma imagem positiva do Brasil e de seu povo", e solici-

tou que as congratulações fossem estendidas, também, ao governo, à comissão organizadora e ao povo do

Rio de Janeiro.

- Foi uma demonstração de fé nunca vista, talvez, entre os católicos do mundo inteiro. Uma nação que se organiza para evento como este evidentemente tem capacidade de fazer tudo o que o Brasil precisa para se desenvolver - afirmou. O senador referiu-se ainda à participação dos leigos na comissão organizadora, citando "a figura de uma senhora da sociedade que foi braço direito desse evento, a sra. Cristina Noronha de Sá".

Rocha espera que governo se sensibilize para o social

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem esperar que a visita do papa sirva para iluminar a solução dos problemas sociais do Brasil. O senador afirmou que João Paulo II, nas viagens que faz por todo o mundo, sempre demonstra preocupação com os mais humildes e busca a paz e a valorização da família.

- No Brasil, João Paulo II reafirmou sua opção pelos excluídos ao demonstrar preocupação com os negros, os índios, os doentes e os presidiários. Também mostrou estar preocupado com a distribuição da terra no país. O povo brasileiro, nos três dias de visita do

papa, pôde refletir sobre os problemas que enfrentamos - assinalou.

Na opinião de Sebastião Rocha, João Paulo II foi, de todos os papas, o que mais se interessou pelo Brasil. O senador atribuiu isso ao grande número de católicos bra-

sileiros e aos crescentes problemas sociais por que passa o país. "Não há dúvida de que João Paulo II é o papa dos brasileiros", salientou, para lembrar que Sua Santidade afirmou que, "se Deus é brasileiro, o papa é carioca".



Sebastião Rocha lembrou frase bem humorada de João Paulo II

Lúcio Alcântara destaca a relevância do tema "família"

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que "muitos criticam o papa por sua ortodoxia", mas salientou que a liderança pessoal que o chefe da Igreja Católica desenvolve trouxe ao país um "sopro

de espiritualidade, que é um patamar superior e que limita o comportamento humano".

Após lembrar que, quando prefeito de Fortaleza, recebeu João Paulo II em sua primeira visita ao Bra-

sil, Lúcio Alcântara destacou que nessa viagem ao Rio de Janeiro o papa abordou um tema da maior importância: os valores éticos da família, "núcleo fundamental que forja os valores da sociedade".



Lúcio: ele não falou de divórcio

Lúcio enaltece pregação pelo entendimento

O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) afirmou que a visita do papa João Paulo II ao Rio de Janeiro "foi um espetáculo emocionante, porque ele pregou a paz e o entendimento".

- Não vi o papa fazer nenhum pronunciamento contrário ao divórcio, mas ressaltar a importância da família como base da sociedade, bem como a importância da preservação da vida - salientou.

Lúcio Coelho lembrou que, como prefeito de Campo Grande, teve oportunidade de receber o papa durante sua visita ao Brasil em 1991. O senador disse que "a família brasileira deveria seguir ao máximo as leis de Deus".

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) assinalou que, em 1991, também recebeu o papa em Santa Catarina, para afirmar que com essa visita ao Rio de Janeiro "João Paulo II contribuiu para projetar o Brasil no cenário internacional".

Lucena: aumento é geral ou é ilegal

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) considerou, em discurso feito ontem, que será "inconstitucional" nova medida provisória a ser editada para conceder aumento de 10% a cerca de quatro mil funcionários públicos. O anúncio foi feito no final de semana pelo ministro da Administração, Bresser Pereira.

- Assim como foi inconstitucional a medida provisória editada recentemente, que concedeu aumentos de 62% a 264% para sete mil servidores, o novo ato também fere a Constituição, a qual diz que qualquer aumento de salário deve ser estendido a todo o funcionalismo - afirmou o senador.

Lucena fez "um apelo veemente" ao presidente Fernando Henrique Cardoso "para que se dê conta da injustiça que se comete contra os servidores públicos



Lucena: para todos ou para ninguém

não beneficiados pelos aumentos". Para ele, se o governo quer reduzir o déficit das contas públicas segurando a folha de salários dos servidores, "que o faça para todos, sem privilégio para poucos".

Um esforço do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi pedido por Humberto Lucena, para que a Câmara dos Deputados coloque em votação a emenda constitucional, já aprovada pelo Senado, que limita a edição de medidas provisórias por parte do governo.

A forma de aproximar o Estado do cidadão, fundamento da democracia, segundo o senador, é a prefeitura ter poder para investir

Palmeira pede sistema tributário pró-município

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) defendeu ontem a urgência de um novo sistema tributário e fiscal que reconheça a necessidade de os investimentos serem feitos pelos próprios municípios. No seu entender, sem mudança na atual estrutura fiscal e sem descentralização das atribuições políticas e administrativas, "jamais seremos uma verdadeira Federação".

- O que possa ser feito pelos municípios não deve ser feito pelos estados, e aquilo que possa ser feito pelos estados não deve ser feito pela União. Esta é a única maneira eficaz de aproximarmos, cada vez mais, o poder do Estado do poder do cidadão, que é o fundamento de toda democracia - disse.

Guilherme Palmeira ressaltou a importância de a União e os estados oferecere-



Palmeira: do cidadão ao município, ao estado e, finalmente, à União

rem o apoio indispensável ao crescimento econômico e político dos municípios. Baseado em suas experiências como prefeito de Maceió, governador do estado e, atualmente, como senador, Guilherme Palmeira enfatizou que "não existe país próspero se os municípios forem pobres e carentes, sem condições para se desenvolver".

Militante do municipalismo, o senador registrou a realização do Congresso Inte-

restadual de Vereadores, promovido pela União dos Vereadores de Alagoas, no dia 1º deste mês, no qual foram discutidos desde os reflexos produzidos pela economia nacional nos municípios até a questão do orçamento público. Ele lembrou o Dia do Vereador, comemorado na mesma data, e homenageou "esses homens públicos que justificam e orgulham a classe política nacional".

PERFIL

Teotonio Vilela Filho

A política nas veias, das Alagoas a Brasília

Presidente nacional do PSDB, o senador Teotonio Vilela Filho aprendeu a fazer política em casa: filho e secretário particular do lendário senador Teotonio Vilela, conviveu desde cedo com as articulações políticas. E do pai, como costuma repetir, aprendeu a lição de que política se faz com ética e com os olhos voltados para o bem-estar e a melhoria de condições de vida da população que o parlamentar representa.

Teotonio Vilela chegou ao Senado em 1986, com 35 anos, e desde então tem nestes dois princípios a marca principal de sua atuação, voltada para os interesses de Alagoas e do Brasil. Nascido em Maceió, Teotonio formou-se em Economia pela Universidade de

Brasília e cedo dedicou-se a dois temas que lhe são caros: a região nordestina do semi-árido e o setor energético.

Sua preocupação com os nordestinos do semi-árido ganhou forma na Assembléia Nacional Constituinte, com a aprovação de emenda de sua autoria que se transformou na alínea a do inciso I do artigo 159 da Constituição, que obriga a aplicação de 50% dos recursos do Fundo Constitucional do Nordeste em investimentos no semi-árido.

Como presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou os prejuízos causados pela seca no Nordeste em 1987, Teotonio percorreu milhares de quilômetros de caatinga em diversos estados da região, inventariando os danos e conhecendo de perto o sofrimento dos



Teotonio: inclusão do semi-árido na Constituição

sertanejos. Ao final dos trabalhos, entregou ao Congresso Nacional e ao governo o relatório "Nordeste: é preciso mudar as velhas estruturas", contendo valiosas sugestões para o equacionamento dos

graves problemas estruturais da região.

Como presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e presidente da Subcomissão de Energia do Senado, Teotonio pôde de-

envolver um trabalho no sentido de definir uma Matriz Energética Nacional, estabelecida em um projeto de lei de sua autoria. A proposta visa à formação de uma matriz energética brasileira que contemple os interesses do consumidor com o uso de insumos renováveis não-poluíntes. O modelo tem como fundamento principal a descentralização da produção e do consumo, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e distribuir a renda.

Fundador do PSDB e hoje seu presidente, Teotonio Vilela Filho já foi vice-líder do partido no Senado e exerceu a primeira vice-presidência da Casa no biênio 1995/1996.

ANIVERSÁRIO DO TOCANTINS

Para João Rocha, uma revolução silenciosa

O senador João Rocha (PFL-TO) afirmou ontem, durante a homenagem da Casa ao 9º aniversário do estado do Tocantins, que o governo local, com apoio popular, vem fazendo "uma revolução silenciosa para transformar o caçula da federação num dos mais pujantes e progressistas estados brasileiros".

Ele citou programas estaduais de desenvolvimento na área de energia, transporte e agricultura, além de obras do Brasil em Ação, do governo federal, entre as quais destaca a retomada das obras da ferrovia Norte-Sul e a construção da hidrovía Araguaia-Tocantins.

João Rocha lembrou que, juntamente com investimentos públicos, o estado está recebendo recursos da ordem de R\$ 75 milhões de empresas estrangeiras, interessadas "no imenso potencial econômico" da região.

O estado dispõe da maior área contínua do mundo para o desenvolvimento da agricultura irrigada, com 1,2 milhão de hectares ao longo do vale do rio Javaés, dos quais apenas 60 mil hectares são aproveitados - destacou.

O senador informou que a economia tocantinense apresenta crescimento acima da média nacional, com um PIB em torno de 1,5 bilhão.

As potencialidades agrícolas somam-se generosos recursos hídricos e minerais, situando o estado num patamar privilegiado em termos de perspectivas de investimentos futuros e crescimento econômico - acrescentou.

Para João Rocha, a posição geográfica do Tocantins o torna um elo de ligação das regiões Sul e Centro-Oeste com o Norte. "É a próxima grande fronteira produtiva a ser integrada à economia nacional

e aos grandes mercados internacionais, a partir da expansão do Mercosul e da implantação, no futuro, da Área de Livre Comércio das Américas", enfatizou.

João Rocha ressaltou que o programa de pavimentação de estradas promovido pelo atual governo estadual será de fundamental importância, já que o governador Siqueira Campos pretende pavimentar mil quilômetros de rodovias estaduais, além de restaurar cerca de 300 quilômetros. O objetivo é "ampliar a integração de todos os municípios ao eixo da rodovia Belém-Brasília e o Tocantins a todos os seus vizinhos", explicou.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), em aparte, manifestou satisfação com o desenvolvimento da região do Tocantins e lembrou que durante a Assembleia Nacional Constituinte, como relator, apresentou parecer contrário a propostas de criação de vários estados, "à exceção do Tocantins, que tinha condições de sobrevivência". Ele ressaltou o empenho, naquela ocasião, do então deputado Siqueira Campos na instalação "do mais novo estado da Federação".

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou o "grande esforço e o trabalho notável realizado pelo governo Siqueira Campos" e afirmou que a atividade conjunta dos senadores por Tocantins, junto às realizações do governo estadual, demonstram a pujança do desenvolvimento daquele estado.

Já antevemos o que esse estado será neste país, tendo, como tem, representação tão competente, além de condições que a natureza lhe dotou. Certamente, dentro de poucos anos, estaremos comemorando mais vitórias do estado que V. Exª com tanta dignidade representou - concluiu.



João Rocha: integração

Estado é o futuro celeiro de grãos do país, diz Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que, apesar das dificuldades, há muito o que comemorar no nono aniversário de criação do estado do Tocantins. "Os constituintes de 1988 podem regozijar-se com o acerto da medida", afirmou.

Lutando quase sozinho - afinal, o governo federal não dispensou o apoio necessário para sua instalação -, o Tocantins tem dado mostras de que é possível realizar importantes empreendimentos. A população, que já atinge quase um milhão de habitantes, dispõe de razoável estrutura nas áreas de saúde, educação, segurança e transportes - destacou.

Conforme Leomar Quintanilha, o estado administra, atualmente, um ousado programa de pavimentação de rodovias, além de ter lançado



Quintanilha: o preço da ousadia

o edital de construção da usina hidrelétrica de Lageado, obra orçada em R\$ 1,2 bilhão, com capacidade para produzir mil megawatts de energia elétrica - suficientes para suprir a própria demanda e com possibilidade de exportar o excedente.

De acordo com o senador, o empenho do governador do Tocantins, Siqueira Campos, é no sentido de desenvolver as suas "enormes" potencialida-

des. Em sua opinião, a vocação agrícola do estado, a sua localização estratégica e o fato de possuir estações climáticas bem definidas fazem dele o mais novo celeiro de grãos do país. Em 1994, informou, a produção agrícola foi de 900 mil toneladas.

O governo estadual, comandado pela segunda vez por Siqueira Campos, vem implementando no Tocantins uma administração moderna, incentivando a livre iniciativa, realizando parcerias com o setor privado e gerindo os parques recursos públicos com absoluta disparidade. O estado vem atraindo a atenção de investidores nacionais e estrangeiros, especialmente no setor da indústria automobilística, já tendo firmado protocolo de intenções para a instalação de montadoras em seu território - salientou Leomar Quintanilha.

Sebastião Rocha destaca papel de pequenos empresários

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) alertou que "o sonho de eldorado e a fantasia da região desapareceram e o que resta é a dura e cruel realidade, com conquistas, mas também com graves problemas sociais e econômicos".

É preciso deixar de lado a euforia de nove anos atrás. Os três estados (Tocantins, Amapá e Roraima) precisam o quanto antes encontrar os meios indispensáveis para andar com as próprias pernas. O cenário otimista, ensejado por alguns resultados concretos e pela potencialidade de cada estado, estimulando a novos avanços que sabermos alcançar - disse.

Sebastião Rocha afirmou que foram poucas as médias e grandes empresas que investiram no

Tocantins, em Roraima e no Amapá, devido à falta de infraestrutura, e que são os pequenos empresários que vêm dando ritmo à economia desses estados.

Ele citou o exemplo do fornecimento de energia elétrica no Tocantins, prejudicado por oscilações constantes de tensão, e no Amapá, que não possui um sistema definitivo de suprimento de energia elétrica. Roraima, por sua vez, buscou uma solução para suprir Boa Vista, comprando energia da Venezuela, frisou.

Por isso, saudamos as primeiras vitórias, que estão a conduzir a economia do Tocantins a um comportamento positivo, com um PIB de US\$ 1,1 bilhão e com um crescimento médio de 6,9% ao ano.

O senador lembrou que famílias inteiras, movidas pelas dificuldades de sobrevivência, migraram para os novos estados, na perspectiva de melhores dias. "Acontece que não há mercado capaz de absorver tal contingente de mão-de-obra", garantiu. Conforme o senador, os empregos são predominantemente no governo estadual, já que a iniciativa privada é pouco expressiva.

Sebastião Rocha disse que, há cerca de três anos, a população do Amapá era de 300 mil habitantes e, hoje, chega a cerca de 600 mil: "Isso se deve à emancipação em 1988 e à criação da Zona de Livre Comércio, que sou, para os angustiados, como alternativa para uma vida nova".

"Queremos competição, mas se não houver um limite nessa participação vamos ver o desaparecimento do capital nacional no setor bancário e assistir ao domínio externo nesse importante segmento da economia"

Alcântara teme domínio de bancos estrangeiros

ACM diz que povo apóia destaque contra privilégio

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a aprovação de destaque de sua autoria suprimindo da proposta de reforma da Previdência a aposentadoria privilegiada para magistrados, e advertiu que qualquer outra decisão será condenada pela opinião pública.

O Congresso cometerá um erro se atender aos magistrados. O presidente do Supremo Tribunal diz à nação que é contra esse privilégio; o presidente da República diz à nação que é contra esse privilégio; por que o Congresso vai atender? - acentuou.

Apesar da veemência do apelo, Antonio Carlos Magalhães reconheceu que sua condição de presidente do Senado não lhe dá controle sobre as decisões do plenário, e admitiu que a aprovação de seu destaque não está decidida.

- Tenho dúvidas sobre a aprovação do destaque. Eu acho que a opinião pública deu um sinal



Antonio Carlos: a sociedade pede

muito positivo ao Congresso; cabe-lhe aceitar ou não. Eu vou no caminho da opinião pública - afirmou.

Indagado sobre como explicaria uma decisão contrária ao seu destaque, na eventualidade de falar em cadeia nacional de rádio e televisão, o senador respondeu: "Direi que o Senado decidiu em sua soberania, mas que eu era contra. Eu já pago os meus pecados, e não devo pagar os dos outros".

Reforma política também é urgente

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem urgência na aprovação da proposta de reforma política, para que a nova estrutura político-partidária já possa vigorar, inclusive, para as eleições do ano que vem.

- A reforma política é muito importante para o Brasil, e quanto mais cedo for feita, melhor - afirmou.

O senador acha que as últimas alterações do quadro partidário só vêm facilitar a realização da reforma e que cuidar do assunto agora será extremamente saudável para a democracia no país, porque a reforma política inclui entre seus pontos principais dispositivos visando ao fortalecimento dos partidos, além de suscitar defi-

nições sobre temas como a introdução do voto distrital e a dispensa da obrigatoriedade do voto. Outro benefício da reforma política, segundo o senador, seria sua repercussão sobre a harmonia dos Poderes da República, pois, "quanto mais os partidos forem fortes, mais fácil será o relacionamento do Executivo com o Congresso".

Antonio Carlos disse que está lutando pela reforma política já, mas admitiu que há obstáculos: "Eu sou apenas um. Nem sempre o que quero consigo. Acho que quero o melhor para o país. Vou lutar para fazer a reforma política logo, e a reforma tributária também".

O capital externo vai dominar o setor bancário brasileiro? A indagação partiu do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao pedir ontem providências "enérgicas e rápidas" para enfrentar a "onda" de aquisição de bancos nacionais por instituições estrangeiras.

A ausência de uma legislação que limite essas transações entre estabelecimentos de crédito nacionais e internacionais, na opinião do senador, "está levando a uma expressiva participação do capital externo no setor bancário brasileiro".

- Queremos competição, mas se não houver um limite nessa participação vamos ver o desaparecimento do capital nacional no setor bancário e assistir ao domínio externo nesse importante segmento da nossa economia - acrescentou. O assunto, a seu ver, poderia ser tratado durante a visita do presidente americano ao Brasil, mas ele disse que a agenda econômica dos presidentes do Brasil e dos EUA "é muito pobre".

- Nossa balança comercial está com déficits permanentes; a pauta de exportação continua aquém das expectativas - frisou.

Após citar a lista de instituições financeiras nacionais adquiridas por bancos estrangeiros, Alcântara explicou que, com a provável aquisição do BCN (Banco de Crédito Nacional) por um grupo espanhol, a participação internacional no setor deverá chegar a 22%. "Essa concorrência é perniciososa aos interesses do país", disse.

- O setor bancário é que financia a economia, e, caso não sejam criados instrumentos hábeis e eficazes, o Brasil não terá meios para redirecionar esse financiamento. E o pior: a aplicação desses recursos é instável, o que torna nosso país totalmente vulnerável - alertou.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) lembrou que, em 1985, quando de discussão em torno do capítulo da Ordem Econômica da Constituição, ficou claro que se "abria caminho para o ingres-

so desmedido de capital estrangeiro no setor".

Já o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) disse que "a economia de uma maneira geral está correndo um enorme risco com a entrada de empresas estrangeiras".

- O Senado Federal deve acompanhar, buscar explicações e ver que solução poderá ser dada. Devemos alertar o governo - disse Palmeira.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) lembrou o projeto de sua iniciativa que prevê limite de participação internacional em diversos segmentos da economia do país.



Alcântara: onde está o limite?

Após esclarecer que o projeto encontra-se "parado" na CCJ, Lucena disse que "não se pode entregar de mão beijada toda a economia nacional".

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

7h - Entrevista com o senador José Serra (PSDB-SP) sobre o Orçamento da União (reapresentação)

7h30 - "Jornal da Amazônia"

8h - Debate entre o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e o deputado federal Severiano Alves (PDT-BA) sobre o centenário da Guerra de Canudos: o momento histórico e suas motivações religiosas, políticas e sociais (reapresentação)

9h30 - Entrevista com o senador José Serra (PSDB-SP) sobre o Orçamento da União (reapresentação)

10h - Comissão de Constituição e Justiça (vivo)

13h30 - "Fala Cidadão" - que responde a perguntas dos usuários do serviço 0800 (reapresentação)

14h30 - Sessão plenária (vivo)

Em seguida - Comissão de Relações Exteriores (pré-gravada à tarde)

20h30 - "Congresso Hoje"

20h35 - "Senado em Pauta"

20h40 - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - "Jornal da Amazônia"

1h - Debate entre o senador Lúcio Alcântara e o deputado federal Severiano Alves (reapresentação)

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Comissão de Constituição e Justiça (ao vivo)

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

24h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

— O Brasil tem milhões de pessoas que, por deficiência, estão à margem da cidadania, disse a senadora, explicando que elas não querem caridade, mas sim justiça

Benedita quer cidadania plena a deficiente

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que os direitos à cidadania e os direitos sociais como saúde, educação, trabalho e lazer são negados aos deficientes brasileiros, apesar de estarem garantidos na Constituição e no Programa Nacional de Direitos Humanos.

Para Benedita, é necessário se fazer um trabalho de conscientização para que os deficientes sejam integrados à sociedade, pois "a construção da ordem social democrática só é possível quando o valor da igualdade de oportunidades decorrer da aceitação de que todos os indivíduos têm o direito de compartilhar a vida em sociedade".

Nesse sentido, ela destacou a realização de seminário em comemoração ao Dia Nacional de Luta do Portador de Deficiência, cujo tema foi "Portador de Deficiência - Portador de Cidadania". A seu ver, o evento teve o objetivo de identificar e propor aos poderes públicos iniciativas capazes de superar as dificuldades que impedem o atendimento de qualidade à pessoa com deficiência.

- Existem hoje milhões de brasileiros buscando sua cidadania. Por isso, a democracia no Brasil estará concretizada no momento em que a questão social tiver espaço prioritário nos governos, sem a divisão cidadão e não-cidadão, cidadãos de primeira classe e



Benedita: deficiente não é cidadão de segunda classe

cidadãos de segunda classe. Os milhões de brasileiros portadores de deficiência não querem misericórdia, mas respeito. Não

querem caridade, mas justiça. Não clamam por privilégios, mas exigem os direitos que lhes são negados - disse.

Campos elogia FHC pelo porto de Sepetiba

O senador Júlio Campos (PFL-MT) manifestou seu apoio à ampliação e melhoria do porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, afirmando que a obra representará uma excelente alternativa para o escoamento da produção agropecuária da região Centro-Oeste.

Ele lembrou que, no início do ano, o governo federal liberou uma parcela de R\$ 150 milhões que, somada aos investimentos da iniciativa privada, permitirá a realização do projeto. Para o senador, ao liberar esses recursos, "o presidente Fernando Henrique comprovou com uma ação concreta a prioridade que seu governo concede ao transporte marítimo, contribuindo ainda para a efetiva inserção do Brasil no competitivo cenário internacional".

Júlio Campos observou que a produção agrícola do Centro-Oeste amplia-se ano

Campos: custos altíssimos na operação dos nossos portos



a ano e que Mato Grosso, por exemplo, ocupa a posição de terceiro maior produtor de grãos do país. A seu ver, o maior obstáculo à plena concretização do potencial agrícola da região é a insuficiência de infra-estrutura de transportes.

Atualmente, o escoamento da produção daquela região

é feito pelos portos de Paranaguá e de Santos, cujos custos operacionais, segundo o senador, "são elevadíssimos, representando pesado ônus às nossas exportações e, portanto, reduzindo-lhes a competitividade no mercado externo". De acordo com o senador, Sepetiba, entre outros benefícios, ajudará na redu-

ção desse "importante componente do custo Brasil".

Júlio Campos disse que o porto de Sepetiba terá relevante papel na atração continuada de novos investimentos para o Rio de Janeiro e estados vizinhos. "Sepetiba é muito mais do que um projeto desenvolvimentista regional, sua consolidação terá efeitos imediatos na economia nacional", assinalou.

O senador parabenizou a Companhia Docas do Rio de Janeiro, que "busca constantemente implementar novas parcerias com a iniciativa privada, sempre com o fito de dinamizar os portos sob sua jurisdição". Ele citou o acordo firmado entre a companhia e a empresa mineradora Ferteco com o objetivo de construir um terminal de exportação de minério de ferro que deverá, conforme acentuou, facilitar o escoamento da produção do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais.

Cabral: já é possível prazo único para IPI e IR

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apresentou ontem projeto que dispõe sobre prazos de apuração e de pagamento de tributos federais. De acordo com a proposição, os valores a pagar relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ao Imposto de Renda retido na fonte serão apurados no dia 10 de cada mês, compreendendo o período entre essa data e o dia 11 do mês anterior.

Ele esclareceu que sua proposta tem o objetivo de "oferecer desafogo" de emergência para os contribuintes do IPI, hoje submetidos a prazos decendiais, e do Imposto de Renda retido na fonte, obrigados a prazos semanais, passando em ambos os casos a fazer a apuração em períodos de 30 dias e pagamento até o último dia do mesmo mês. Dessa maneira, segundo Cabral, a perda de arrecadação dentro do exercício deverá ser mínima.

Bernardo Cabral observou que a convivência com longos períodos de inflação alta levou o Estado, orientado pelo objetivo de ordenar as finanças públicas, a criar mecanismos de proteção de suas receitas, tais como indexação, encurtamento de prazos de apuração e de recolhimento, sem levar em conta aspectos econômicos importantes, além de atropelar o direito dos contribuintes, na medida em que lhes criou ônus extrasfiscais significativos.